



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Graduação em Ciências Contábeis

Economia Não Observada no Setor Agropecuário do município de Mamanguape-PB: um estudo com base na Contabilidade Social

Área Temática: Contabilidade Rural e Agronegócio

Romero Campos de Souza Moreira Júnior - UFPB – romeromoreira@gmail.com

Ms Ana Cândida Ferreira Vieira - UFPB – acandidafv@yahoo.com.br

Dr Josicarla Soares Santiago - UFPB – josicarla.santiago@academico.ufpb.br

Ms Luiz Marcelo M do Amaral Carneiro Cabral - UFPB – luizmarcelocb@hotmail.com

Resumo

A Contabilidade Social é uma área que tem relação com a ciência contábil e com origem advinda das ciências econômicas, ambas colaboram com resultados para economia e toda a sociedade em geral, através dela é possível identificar e entender os registros da produção, despesa e renda de um país. A Contabilidade Social tem como característica resultados para a macroeconomia, no qual se explica o comportamento agregado da economia de determinada região, em um determinado tempo. A partir do entendimento da Contabilidade Social é necessário que seja feito o uso de estimativas para se entender a realidade da economia nacional, a partir da medição de alguns agregados macroeconômicos, sendo ela feita através do Sistema de Contas Nacionais, mas o fato é que algumas contas da produção acabam não sendo identificadas em seus levantamentos, visto que existe a economia informal, oculta e ilegal, estas em muitos casos acabam não sendo tão estimáveis visto que por sua origem, o produtor não declara essas produções, gerando o que podemos chamar de Economia Não Observada. O presente artigo tem o objetivo de apresentar o cenário da Economia Não Observada no setor econômico da agropecuário no município de Mamanguape-PB, em 2022. Justifica-se a pesquisa pela necessidade de entender a realidade socioeconômica e produtiva no setor agropecuário do município de Mamanguape, levantando informações para um melhor entendimento do contexto sobre a realidade da região, contribuindo para a execução de políticas públicas voltadas para o setor. A pesquisa tem características bibliográfica, documental e com pesquisa de campo com dados quantitativos e qualitativos. Conclui-se que a pesquisa mostra subdeclaração de produção e casos com a informalidade propriamente dita, apesar do incentivo por parte de órgãos públicos para que haja uma maior informação sobre a produtividade rural por parte do produtor.

Palavras-Chave: Contabilidade Social. Economia Não Observada. Agropecuária.

1 Introdução

Em 2019, segundo dados do IBGE (2021) a soma de bens e serviços decorrentes da agropecuária chegou a R\$ 1,55 trilhão, o que representa 21,4% do PIB brasileiro com destaque para o ramo agrícola, onde obteve cerca de 68% desse valor (R\$ 1,06 trilhão), já a pecuária corresponde a 32%, ou R\$ 494,8 bilhões. Em 2015, segundo dados da PNAD (IBGE), 32,3% (30,5 milhões) considerando um total de 94,4 milhões dos trabalhadores brasileiros eram do agronegócio, sendo que 13 milhões (42,7%) desenvolviam atividades de

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

J95e Junior, Romero Campos de Souza Moreira.
Economia não observada no setor agropecuário do município de Mamanguape-PB: um estudo com base na Contabilidade Social / Romero Campos de Souza Moreira Junior. - Mamanguape, 2022.
15 f. : il.

Orientação: Ana Cândida Ferreira Vieira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAÉ.

1. Contabilidade Social. 2. Economia não observada.
3. Agropecuária. I. Vieira, Ana Cândida Ferreira. II. Título.

UFPB/CCAÉ

CDU 657

Em 2020, segundo o CEPEA (2021), o PIB do setor avançou 24,31%, frente a 2019, e alcançou participação de 26,6% no PIB brasileiro. Em valores monetários, o PIB do País totalizou R\$7,45 trilhões em 2020, e o PIB do agronegócio chegou a quase R\$ 2 trilhões.

Já em 2021, também segundo o CEPEA (2021) o Produto Interno Bruto agro brasileiro, cresceu 8,36%. Porém vale destacar que, no último trimestre de 2021, o PIB do agronegócio brasileiro chegou a cair, 2,03%, devido principalmente a uma piora nos preços reais do setor. Porém, houve do bom desempenho do PIB agregado do agropecuário em 2021, o setor chegou a 27,4% no PIB brasileiro, sendo a maior desde 2004 (quando foi de 27,53%).

Conforme dados do CEPEA (2021), o Brasil hoje é o quarto maior exportador de produtos agropecuários do mundo, atingindo um valor próximo aos 96,9 bilhões de dólares no ano de 2020, atrás apenas da União Europeia, Estados Unidos e China. Esse resultado comercial superavitário com o resto do mundo gera um resultado positivo e decisivo para a estabilidade macroeconômica do Brasil.

A produção agropecuária é a base da economia brasileira, por fatores históricos, culturais, geográficos, socioeconômicos e outros. A agropecuária tem um papel, há muito tempo, de grande relevância no cenário econômico nacional, visto que abastece a grande população no país, não só com o valor da produção em si, mas também por mobilizar outros setores e geram emprego e renda. E quando se fala em comércio exterior, o Brasil é um dos quais se destacam no comércio internacional de produtos agropecuários, como por exemplo a soja, o café, açúcar, dentre outros e na pecuária carnes, entre outros. Esse desempenho faz do país um dos mais importantes mundialmente nesse setor, impactando positivamente no resultado da balança comercial.

Sabendo da importância da agropecuária no resultado da economia nacional, percebe-se o peso que a mesma tem para todas as localidades como um todo, umas mais e outras menos. No Nordeste, por exemplo, segundo dados do CEPEA (2021) a agricultura tem papel de destaque na economia regional, com 82,6% da mão de obra do campo, que equivalem à agricultura familiar.

Visto isso, percebe-se que é necessário conhecer a produção agropecuária em diversos âmbitos, mas que se atinja um grau de informação cada vez maior, pois possibilita conhecer mais detalhadamente a realidade socioeconômica de cada localidade e a gestão pública tem mais um meio para suprir as necessidades da população e atender, bem como aperfeiçoar o processo de arrecadação.

Para entender as variáveis que envolvem o processo de levantamento de dados de produção agropecuária, é necessário conhecer diversos fatores que atrapalham a tabulação das informações, identificadas por completo para agregação dos dados macroeconômicos em uma economia. A ausência desses registros é conhecida com Economia Não Observada (ENO) e impacta no desenvolvimento econômico e social de uma região. Onde se verifica uma subdeclaração, uma informalidade e ilegalidade por parte das empresas para com o desenvolvimento da sociedade com a gestão pública. Com base nesse contexto, a pesquisa questiona-se: **Como a Economia Não Observada no setor econômico da agropecuário se apresenta no município de Mamanguape-PB, em 2022?**

Com isso a pesquisa tem como objetivo geral apresentar a Economia Não Observada, através das atividades ilegal, informal e oculta com o setor econômico agropecuário do município de Mamanguape, em 2022.

Como objetivos específicos, destacam-se: a) Estudar a Contabilidade Social observando sua importância e seu objetivo no sistema econômico, destacando características da atividade produtiva e da Economia Não Observada, com base no Sistema de Contas Nacionais (SCN); b) Descrever o cenário da atividade agropecuária do município de Mamanguape-PB; c) Identificar a Economia Não Observada-ENO do setor agropecuário,

através da economia ilegal, informal e oculta ou subdeclarada no Município de Mamanguape-PB no ano de 2022.

A pesquisa justifica pela necessidade de entender a realidade socioeconômica e produtiva da população local no ramo agropecuário, onde pode possibilitar informações para um planejamento econômico e social com as políticas públicas mais assertivas de incentivo a produção, a geração de renda, qualidade de vida e desenvolvimento econômico do município de Mamanguape.

2 Fundamentação Teórica

2.1. Contabilidade Social

A Contabilidade Social tem como objetivo principal registrar as receitas e despesas de setores da economia por meio da contabilidade geral e subsidiar com as informações a Contabilidade Social ou nacional. Além da contabilidade, os resultados estatísticos ajudam a mensurar os principais agregados macroeconômicos, ou seja, os conjuntos de grandezas e variáveis que são estabelecidos pela macroeconomia.

Resende (2009; pg. 89) define a Contabilidade Social como:

Uma técnica de registro e de mensuração de um conjunto interligado de grandezas e de variáveis definidas pela Ciência Econômica. E, com efeito, uma forma especial de estatística econômica, de natureza contábil, que se propõe a apresentar valores que expressam os montantes das transações econômicas verificadas em determinada economia nacional. Em resumo o propósito da Contabilidade Social é fornecer informações que permitam avaliar os efeitos das atividades das empresas sobre a sociedade.

A Contabilidade Social por fornecer informações sociais macroeconômicas para uma região em um determinado período, possibilita subsidiar com os resultados planejamentos para nortear as políticas econômicas da região.

Com o avanço do sistema capitalista foram atribuindo definições conforme situações de estudos por meio de vários autores, como por exemplo, Ramanathan (1976) define a Contabilidade Social como sendo uma metodologia de escolha de algumas variáveis, procedimentos e medidas, que tem como objetivo medir a atividade social de uma organização, visando gerar informações relevantes e possibilitar divulgá-las aos públicos interessados, internos e externos, seguindo o objetivo da contabilidade como um todo.

De acordo Feijó e Ramos (2017), também chamada de contabilidade nacional, a contabilidade social se difere do entendimento tradicional da contabilidade, são abordadas de forma diferente, visto que a social tem como base uma análise mais geral, focado mais no macroeconômico, já que visa entender a realidade da sociedade e não o patrimônio, que é basicamente o objeto de estudo da contabilidade tradicional.

Segundo Feijó e Ramos (2017), a contabilidade nacional foi consolidada pelo economista John Maynard Keynes, no qual em 1930 lançou os fundamentos da moderna macroeconomia, com o livro Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda. Através dele, os estudos econômicos se deslocaram consideravelmente no âmbito macroeconômico, como propósito de agregar as informações de uma determinada região por meio da soma de todos os segmentos da economia, chegando a resultados conhecidos como macroeconômicos e por elas definir políticas públicas para uma região.

Ainda de acordo com Feijó e Ramos (2017) a macroeconomia e a contabilidade nacional surgem como importante campo de estudo, visto que a macroeconomia explica o comportamento agregado da economia, onde identifica resultados agregados que não

representa necessariamente resultados individuais. Além disso, a contabilidade nacional fornece as principais medidas, que são os agregados macroeconômicos, que é basicamente o que foi produzido, investido, consumido e como se procedeu a formação da renda dos agentes sociais.

A Contabilidade social não se resume apenas no âmbito do estudo financeiro. Ela também é importante nas questões sociais, visto que soa como suporte da economia, sendo uma ferramenta importante, por exemplo, no cálculo do PIB, através das informações prestadas e conseqüentemente facilitando o entendimento socioeconômico do país.

Para que seja identificada e avaliada a situação econômica e social de qualquer nicho econômico e até da sociedade é necessário que sejam identificados diversos tipo de dados e informações, porém em muitos casos há alguma dificuldade de se obter, mesmo que parcialmente ou até integralmente, em casos, por exemplo, em que o cidadão por diversos motivos não informa adequadamente esses dados, onde acaba havendo uma omissão de informações importantes para que se conheça a realidade econômica.

2.2. Economia Não Observada (ENO)

No Brasil há algumas metodologias de estimativas para se entender a realidade da economia nacional e da população, através da medição de alguns agregados macroeconômicos, tais como o PIB, poupança, investimento, entre outros e essa mensuração é feita através do Sistema de Contas Nacionais, realizada pelo IBGE. De acordo com Hallak Neto e Ramos (2013, p. 19), o SCN apresenta as informações e dados referentes à distribuição, geração e o uso da renda no País, mas não se resume apenas a essas contas, ainda consta: conta satélite, dentre outras. Além disso, apresentam informações sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro bem como o estudo comparativo entre a economia do país e do resto do mundo.

Apesar dos avançados modelos de coleta de dados, ainda existem algumas informações que não conseguem ser identificadas, pelo fato de nem toda produção é declarada, em algumas situações há uma declaração apenas parcial e em outras há uma omissão total dessa produção, onde por consequência acabam não entrando nas estatísticas num primeiro momento. Essas informações não declaradas se encaixam na chamada Economia Não Observada (ENO).

Hallak Neto e Ramos (2013, p. 33) afirmam que:

A ENO é composta de atividades produtivas realizadas pelas famílias informalmente ou para o uso próprio, atividades que são deliberadamente subdeclaradas pelos produtores, atividades ilegais, e ainda, as estatisticamente subcobertas. O propósito de um sistema estatístico nacional é assegurar, tanto quanto possível, que as atividades produtivas, observadas ou não, sejam apropriadamente contabilizadas e incluídas nos resultados das contas nacionais.

A Economia Não Observada (ENO) é composta por algumas subcategorias, são elas: a produção ilegal, produção oculta (ou subdeclarada) e produção informal.

Segundo Hallak Neto e Ramos (2013) Produção ilegal é a produção de bens e serviços nos quais a posse, venda ou distribuição não são permitidos, conforme lei, o que torna atividades produtivas normalmente seriam legais, passam a ser ilegais pelo fato de serem produzidos por alguém não autorizado.

Ainda de acordo com Hallak Neto e Ramos (2013) Produção oculta ou subdeclarada é aquela em que as suas atividades produtivas são legais, porém o agente não declara, ou pelo menos declara apenas parcialmente aos órgãos responsáveis, no geral essa não declaração ou

declaração parcial, visa cortar gastos, fugindo de pagamentos de impostos ou outros tipos de tributação, bem como de algumas exigências legais condicionadas ao exercício da atividade.

Hallak Neto e Ramos (2013) também definem a produção informal como o conjunto de atividades produtivas, nas quais se caracterizam por ter uma estrutura de organização deficitária e também por não possuir uma definição mais específica entre trabalho e capital, como fatores de produção, onde a produção é voltada majoritariamente para o mercado.

Existem vários exemplos de categorias de trabalho para o setor informal, as mais comuns são os trabalhadores por conta própria, que pode ser citado como exemplo um catador de latinhas, e as empresas não constituídas, que são empresas atuantes, inclusive com local definido, porém que não foi registrada. Entender a forma de mensuração da Economia Não Observada é importante para que se compreenda mais precisamente o que é cada subcategoria e os fatores que levam a haver essa dificuldade, em casos de levantamento de dados.

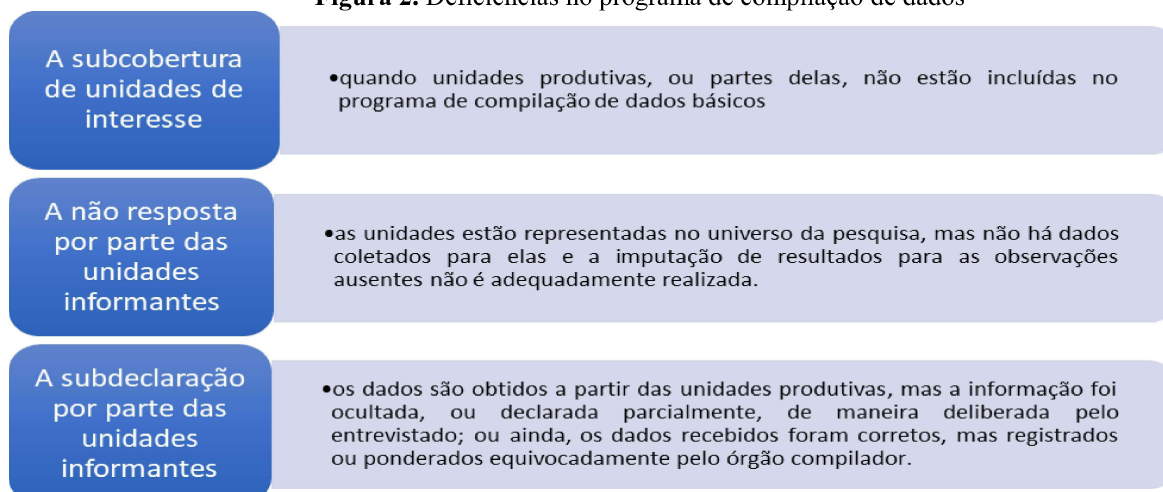
Figura 1. Estrutura de mensuração da ENO



Fonte: Elaboração própria, baseado em Hallak Neto e Ramos (2013).

Hallak Neto e Ramos (2013) destacam as deficiências no programa de compilação de dados básicos, segundo ele, são as razões para a existência da ENO nos SCN dos países. O mesmo define essas deficiências em três, são elas:

Figura 2. Deficiências no programa de compilação de dados



Fonte: Elaboração própria, baseado em Hallak Neto e Ramos (2013).

Um fato importante a se destacar no processo de levantamento de dados sobre a produção agropecuária é sobre as dificuldades encontradas para que se atinjam os resultados com exatidão, seja pela subcobertura das unidades, ou pelo fato de que muitos não informarem os dados por completo, havendo assim uma subdeclaração, ou até mesmo não informarem nada, ou seja, não há a coleta de dados em algumas situações.

Tanzi (1983, p.2) afirma que na economia oculta se encaixam as atividades que são consideradas relativamente legais até as francamente ilícitas, onde por não constarem em números oficiais afetam os mesmos, impactando nas estatísticas oficiais se comparado aos valores reais. Afirma também numa economia de mercado de bom funcionamento, sem setor público, não haveria atividades ocultas e que o fato de haver uma ocultação é consequência da regulação do cenário econômico, englobando cenários, como por exemplo o da tributação.

3 Procedimentos metodológicos

A metodologia caracteriza-se com estudo bibliográfico, documental e estudo de campo, com base explicativa e exploratória. Na bibliográfica realizou-se o levantamento de livros, artigos acadêmicos, teses, dentre outros. Onde se pôde extrair informações teóricas necessárias para o entendimento do tema e sua contextualização.

Na documental foram obtidas informações junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Prefeitura Municipal de Mamanguape, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape, EMATER-PB, via documentos ou declarações que informam alguns quantitativos referente a registros de trabalhadores do setor agropecuário. As informações que foram possíveis de obter foram: entre os dados obtidos mediante as diferentes fontes, estão o PIB e PIB *per capita*, e Valor Adicionado Bruto do município entre os anos de 2015 e 2019, o quantitativo de feirantes do município entre 2015 e 2021, a relação e quantitativo de agricultores que tenham registro DAP, informações sobre a população e quantitativo de estabelecimentos agropecuários no município. Por fim, foi feita uma pesquisa de campo, buscando coletar informações não disponíveis em outros levantamentos realizados.

O valor estatístico obtido foi descritivo com valores absolutos e relativos. Houve grande dificuldade na obtenção de muitos dados, visto que a pesquisa se trata em grande parte de números que não são declarados, e por consequência os órgãos que colaboraram com a pesquisa não obtinham de fato alguns dados necessários, ou em algumas situações tinham apenas uma estimativa, mas sem registro.

A pesquisa de campo considerou uma amostra intencional de 9,33% (102) domicílios agropecuários da região, de uma população de 1093. O questionário da pesquisa conta com 28 perguntas, entre elas quantitativas e qualitativas. Foi aplicado em parte através de envio de questionários *online* com intermédio de empresas parceiras e sindicato dos trabalhadores rurais e outra parte aplicada presencialmente em visita à domicílios rurais localizados no município de Mamanguape.

Na elaboração do questionário foi levado em consideração informações levantadas sobre a ENO, sendo estruturado de forma em que as perguntas extraíssem informações dos respondentes que não foram identificadas em outras pesquisas, seja totalmente ou parcialmente, afim de preencher algumas lacunas de informações que são necessárias para o estudo da ENO na região.

4 Apresentação e análise dos resultados

O município de Mamanguape localizado no litoral norte paraibano tem uma população estimada de 45.385 habitantes segundo dados do IBGE (2022) em 2021, e uma área territorial de 337.434 km². É o polo econômico da região conhecida como Vale do Mamanguape, onde abrange todo o litoral norte do estado da Paraíba, fazendo divisa, segundo o IBGE com os municípios de Rio Tinto, Capim, Itapororoca, Curral de Cima, Pedro Régis, Jacaraú, Mataraca, Canguaretama-RN e Pedro Velho-RN. De acordo com o IBGE (2021), o município foi fundado em 25 de outubro de 1855, período de colonização no Brasil, era até então ocupado por povos de origem potiguara, nos quais até hoje permanecem em algumas cidades

da região do Vale do Mamanguape. Um fato que destaca a importância histórica econômica de Mamanguape foi a visita de D. Pedro II, imperador do Brasil, 27 de dezembro de 1859. Com o avanço do processo de urbanização do município de Mamanguape a economia foi expandindo e os setores econômicos destacando-se em desempenho na região.

De acordo com o IBGE (2022), Mamanguape em 2019 apresentou um PIB de R\$ 689.525.280,00 e PIB per capita de R\$ 15.363,07, além de um valor adicionado bruto de R\$ 34.601.360,00 no setor Agropecuário, R\$78.432.010,00 na Indústria, R\$ 297.805.210,00 no setor de Serviços e R\$ 208.7327.240,00 no de Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, conforme tabela 1.

Segundo o IBGE (2021), Valor Adicionado Bruto é o valor no qual cada um dos três setores da economia (agropecuária, indústria e serviços) adiciona ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O PIB é a soma dos valores adicionados setoriais com consumo, investimento, gastos do governo com os impostos arrecadados, exportações menos importações, sendo uma das principais medidas do tamanho total de uma economia.

Tabela 1 - Valor Adicionado Bruto de Mamanguape por setor entre 2010 e 2019

VALOR ADICIONADO BRUTO 2010- 2019			
ANO	Agropecuário	Indústria	Serviços
2010	22.845,00	37.994,00	101.582,00
2011	30.167,00	46.812,00	109.047,00
2012	52.568,00	66.285,00	138.300,00
2013	47.217,00	44.529,00	138.215,00
2014	54.857,76	55.399,32	162.242,84
2015	41.645,85	97.430,90	181.864,65
2016	56.897,03	89.202,91	227.836,31
2017	41.179,94	100.068,60	233.267,74
2018	42.426,91	78.914,98	258.279,28
2019	34.601,36	78.432,01	297.805,21
TOTAL	424.405,85	695.068,72	1.848.440,03

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE (2022)

Percebe-se que ao decorrer dos anos há uma crescente do PIB do município, partindo de R\$ 305.037,00 em 2010 para R\$ 689.525,29 em 2019, alinhado a isso também pode-se observar o crescimento no valor adicionado bruto de origem agropecuária onde em 2010 foi calculado em R\$ 22.845,00 e alcançou R\$ 32.601,36 em 2019, porém, como o PIB, não foi um crescimento constante, visto que alcançou o valor de R\$ 54.857,76 em 2014 e uma queda para R\$ 41.645,85 em 2015, bem como de R\$ 56.897.030,00 em 2016 e reduziu para R\$ 41.179.940,00 em 2017, nos outros períodos houve um crescimento ou queda.

Observa-se nos últimos períodos, como visto anteriormente, que o setor Agropecuário tem uma contribuição importante para o resultado da economia local, a atividade agropecuária é de grande força para o município, o que se percebe ao ver seu valor adicionado bruto de R\$ 34.601.360,00 em 2019, representando assim geração de emprego e renda, que impacta no PIB local.

4.1 Quantitativo de feirantes de Mamanguape

Segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura (2021), há uma quantidade de feirantes no ano de 2021 totalizada em 537, sendo, segundo o registro um total de 283 ligados ao setor agropecuário, sejam comercializando frutas, verduras ou carne, frango, peixes, entre outros, sendo os demais atuando no setor de vestuário, alimentação ou produtos variados. Observa-se também o fato de que cerca de 85 dos feirantes cadastrados não são residentes no

município de Mamanguape, estes residem em outros locais e se fazem presentes na cidade nos sábados, onde é o dia da principal feira livre do município.

TABELA 2 - Quantitativo de feirantes do município de Mamanguape entre 2015 e 2021

QUANTITATIVO DE FEIRANTES 2015 até 2021	Produção da Pecuária	Produção da Agricultura	Total Agropecuária	Outros	Total Feirantes
2015	109	135	244	214	458
2016	114	151	265	217	482
Crescimento 15/16	4,59%	11,85%	8,61%	1,41%	5,24%
2017	118	155	273	220	493
Crescimento 16/17	3,51%	2,65%	3,02%	1,3%	2,28%
2018	121	157	278	226	504
Crescimento 17/18	2,54%	1,29%	1,83%	2,73%	2,23%
2019	129	168	297	235	532
Crescimento 18/19	6,61%	5,73%	6,83%	3,98%	5,55%
2020	134	171	305	221	526
Crescimento 19/20	3,88%	1,78%	2,69%	-5,96%	-1,12%
2021	135	169	304	219	523
Crescimento 20/21	0,74%	-1,17%	-0,33%	-0,90%	-0,57%

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Mamanguape

Levando em consideração o período de 2015 a 2018 observa-se um crescimento no quantitativo de feirantes no município de Mamanguape, de 458 em 2015 e em 2021 chega a 523, e com relação ao setor agropecuário também é possível observar um aumento partindo de 244 em 2015 para 304 em 2021, mostrando o avanço da informalidade na região de Mamanguape, visto que poucos desses têm algum registro como trabalho formal, seja como empresa (CNPJ) ou como funcionário.

Além disso, é possível registrar que nos últimos 2 anos houve uma pequena queda no quantitativo de feirantes, o que pode ter tido relação com o impacto da pandemia da economia local. Conforme Prefeitura Municipal de Mamanguape, porém os mesmos arcam com uma taxa mensal de R\$62,00 referente à ocupação do espaço utilizado no mercado público, onde é revertida para a prestação de serviços para a manutenção do local da feira.

Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape referente ao ano de 2021, há um quantitativo de 912 propriedades familiares no município. Outro dado levantado foi de que há cerca de 2.000 trabalhadores assalariados rurais, estes atuam juntamente às usinas em determinado período, tendo seu registro formalizado, porém, ao finalizar o ciclo produtivo anual os mesmos são dispensados, retornando no ano seguinte. Também segundo o Sindicato, há um quantitativo de 5.118 aposentados rurais no município.

4.2 Levantamento de dados dos domicílios agropecuários

A seguir serão apresentados os dados obtidos com a pesquisa, para tal utilizou-se das tabelas para representação numérica dos respondentes, apresentando a quantidade e percentual de cada resposta.

De acordo com a tabela 3, 98 estão presentes na agricultura (96,1%) e 24 na pecuária (23,5%). A quantidade e percentual de respondentes que atuam na produção agrícola e na pecuária, foi uma pergunta com respostas múltiplas, ou seja, em diversos casos o produtor atua nas duas frentes.

TABELA 3 - Tipo de produção da amostra em Mamanguape

	Quantidade	Percentual
Agricultura	98	96,1%

Pecúária	24	23,5%
-----------------	----	-------

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Na tabela 4 percebe-se que são de 2 a 3 moradores que trabalham na agropecuária, 47,1%, e de 3 a 4 moradores estão no domicílio (47%).

TABELA 4 – Quantitativo de moradores no domicílio e quantos trabalham na produção

	1	2	3	4	5	6/+
Quantos moradores no domicílio?	7,8%	15,7%	23,5%	23,5%	15,7%	13,7%
Quantos moradores trabalham na produção agropecuária?	23,5%	21,6%	25,5%	19,6%	7,8%	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Na tabela 4 percebe-se que domicílios com apenas 1 morador são minoria (7,8%), porém com 1 produtor fica entre os maiores índices (23,5%), isso se justifica pelo fato de que em muitos domicílios com mais de 1 morador só existe apenas 1 que atua efetivamente na produção, no geral, os outros membros são responsáveis por cuidar da casa ou outros afazeres, e outros são crianças ou idosos. Percebe-se que em grande parte dos domicílios alguns integrantes da família não atuam nessa produção pelos fatores citados anteriormente.

TABELA 5 – Quantitativo de funcionários formalizados ou não

	Sem funcionários	0	1	2	3	4	5	6/+
Possui quantos funcionários (não moradores) na produção agropecuária?	-	68,6%	0%	17,6%	3,9%	5,9%	0%	3,9%
Quantos funcionários tem carteira assinada?	68,6%	21,6%	0%	3,9%	3,9%	2%	0%	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Observa-se na tabela 5 que na maior parte dos domicílios agropecuários não há trabalhadores, considerados não moradores (68,6%), e até mesmo nos que possuem, o quantitativo é pequeno, o que mostra a presença da agricultura familiar na região. Nota-se também que há um baixo percentual de domicílios que contam com trabalhadores por formalizados (9,8%), que estão concentrados em domicílios de maior porte, onde não há tanta participação da agricultura familiar e ainda assim, os cargos formalizados são alguns específicos.

A tabela 6 mostra moradores que possuem renda não vinculada à produção agropecuário e origem da renda da amostra estudada.

TABELA 6 – Moradores que possuem renda não vinculada à produção agropecuária

	0	1	2	3	4	5	6/+
Quantos moradores possuem renda não vinculada à produção agropecuária?	23,5%	45,1%	17,6%	5,9%	7,8%	0,0%	0,0%
Origem da renda não vinculada à produção agropecuária							
	Quantidade			Percentual			
Emprego	22			21,6%			
Aposentadoria	28			27,5%			
Auxílio	64			62,7%			

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Observa-se na tabela 6 um alto índice de domicílios com 1 morador de renda não vinculada à produção, ao analisar as respostas percebe-se que é uma característica desses domicílios a única renda ser extraída de auxílio, fato respaldado na tabela supracitada, onde mostra que em 62,7% dos domicílios há algum membro que possui renda através de auxílio. Observa-se também que em domicílios com mais moradores se encontram os de renda via

auxílio e/ou aposentadoria tendo o segundo 27,5% presente entre os entrevistados, são características de famílias maiores, onde também residem no domicílio os pais do morador principal.

A tabelas 7 remetem sobre a destinação da produção. Nota-se que em 100% dos casos há uma produção destinada à venda, sendo desses, 98,1% tendo venda como principal destinação (entre 60,01% e 100% da produção). Percebe-se também que em 60,8% dos estabelecimentos agropecuários uma parte pequena da produção é destinada ao consumo próprio do domicílio. Esse percentual contempla em sua grande maioria os pequenos produtores e do setor agrícola. Na parte da pecuária, principalmente de produção bovina o índice para consumo próprio é baixíssimo.

TABELA 7 – Destinação da produção à venda e para venda

	Quantidade	Percentual
Venda	102	100%
Consumo próprio	62	60,8%
Quantitativo destinado à venda		
Percentual da produção destinado à venda sobre a produção total		Percentual de respondentes
0%		0,0%
Entre 0,01% e 20%		0,0%
Entre 20,01% e 40%		1,9%
Entre 40,01% e 60%		0,0%
Entre 60,01% e 80%		11,8%
Entre 80,01% e 100%		86,3%
Destinação da produção para venda		
	Quantidade	Percentual
Estabelecimento próprio	13	12,7%
Feira livre	44	43,1%
Revenda	90	88,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A tabela supracitada destaca ainda que grande parte dos produtores (88,2%) destinam ao menos parte de sua produção para revenda. 43,1% deles vendem diretamente ao menos alguma parte de sua produção em feira livre e apenas 12,7% destinam ao menos parte da produção a algum estabelecimento próprio.

Sobre o controle em relação ao que é produzido nos domicílios rurais, os produtores foram perguntados se é feito este controle, e se é de forma quantitativa onde é feito o levantamento da produção real, e, se é feito um levantamento estimativo, tabela 6.

TABELA 8 – Controle da produção

	Sim	Não
É feito um controle do quantitativo da produção?	21,6%	78,4%
É feito um controle estimativo da produção?	70,6%	29,4%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

. Como mostra a tabela 8, a maior parte dos produtores (78,4%) não faz o controle quantitativo, mas com relação ao estimativo a maioria (70,6%) relata fazer este controle. Este segundo explica-se por diversos fatores, um que se destaca é o de ser necessário ao menos uma estimativa da produção para que seja informada aos órgãos de apoio, tais como sindicatos, órgãos especializados, bancos que tratam com financiamento de produção, entre outros. Onde veremos mais à frente.

TABELA 9 – Declaração da produção

A produção agropecuária é declarada?	Percentual de respondentes
Não	33,3%
Sim, parcialmente	56,9%
Sim, totalmente	9,8%

Percentual da produção declarada sobre a produção total	Percentual de respondentes
0%	33,3%
Entre 0,01% e 20%	0,0%
Entre 20,01% e 40%	8,3%
Entre 40,01% e 60%	18,8%
Entre 60,01% e 80%	12,5%
Entre 80,01% e 100%	27,1%

Recebeu alguma orientação sobre os benefícios de declarar a produção?	Percentual de respondentes
Não	31,4%
Sim, parcialmente	45,1%
Sim, totalmente	23,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A tabela 9 trata sobre a declaração do que é produzido por parte dos produtores agropecuários. De acordo com os dados da pesquisa que estão expostos nas tabelas a maior parte dos produtores declaram de alguma forma essa produção (66,7%), sendo 56,9% apenas parcialmente e 9,8% totalmente.

Nota-se que já há um direcionamento dos órgãos a fazer com que o produtor faça essa declaração, seja por orientação, como visto na tabela 7, por incentivos via suporte através de órgãos técnicos ou por incentivos financeiros através de programas como o PAA e o financiamento de produção, visto que, para que se possa fazer parte desses programas é necessário que seja feita a declaração, ao menos estimada do que é produzido, pois esses valores são a referência para a execução do programa, onde podemos citar de exemplo o de financiamento de produção, no qual a instituição financeira precisa saber o quantitativo e os valores produzidos para que os recursos financeiros emprestados sejam calculados em cima disso.

Foram feitos alguns questionamentos aos produtores sobre o incentivo e apoio à produção, tabela 10. Com relação a utilização de políticas públicas de incentivo a produção apenas 25,5% relatam ser beneficiários. Um exemplo de política pública é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) onde a gestão pública compra alimentos dos produtores e doa para a população carente, o percentual, apesar de parecer baixo é adequado, visto que grande parte dos produtores não se adequam ao programa, como por exemplo os produtores de cana-de-açúcar, onde sua produção não é compatível com destinação via PAA, mas sim por venda às usinas da região.

TABELA 10 – Incentivos e apoio à produção

	Sim	Não
É beneficiário direto de alguma política pública de incentivo à produção?	25,5%	74,5%
Utiliza serviços de assistência de órgãos especializados?	80,4%	19,6%
É beneficiário de algum serviço de financiamento da produção?	31,4%	68,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Sobre a utilização de assistência de órgãos especializados nota-se que 80,4% recebem esse apoio, o que é um fato importante por mostrar que os produtores estão buscando esse benefício que é oferecido e que os órgãos se fazem presente efetivamente na rotina dos produtores agropecuários. Com relação ao financiamento de produção percebe-se que a

maioria não utiliza (68,6%), em muitos casos se viu que o produtor de menor porte não acha necessário esse financiamento.

5 Considerações finais

Os dados levantados pela pesquisa demonstram que há um razoável percentual dos produtores que optam por não declarar a totalidade do que produz, e isso se justifica por diversos motivos, tais como o baixo conhecimento em alguns casos, fato que gera o medo por parte do produtor, também a falta de informação, em diversos casos também por receio de perder algum benefício e em grande parte pela cultura de não declarar por não achar necessário. Percebe-se que há um esforço dos órgãos públicos, e que somado à obrigatoriedade de declaração para que o produtor tenha acesso a alguns benefícios, como por exemplo o programa PAA, ou o financiamento de produção, fazem com que grande parte declare ao menos parte da produção, onde percebe-se que é um fato importante tanto pelos dados em si, quanto pela reeducação do produtor em adquirir essa cultura de calcular e informar o que produz. Em alguns casos foi observado que a declaração não é feita nem parcialmente, o que caracteriza o produtor como informal.

Tanto os dados numéricos coletados quanto as informações levantadas em visitas a órgãos ou a produtores durante a execução da pesquisa mostram um cenário positivo com relação ao crescimento do entendimento da importância de se fazer o levantamento da produtividade e os informar. O pequeno produtor aos poucos vai entendendo que o poder público pode ser um parceiro e potencializar seus resultados através de parcerias, incentivos, entre outros, fato que acaba quebrando aos poucos o medo e conseqüentemente a falta de informação e a subdeclaração da produção, o que gera uma expectativa de termos dados num futuro cada vez mais próximos da realidade, permitindo assim um real entendimento do setor produtivo agropecuário na localidade.

Destaca-se a importância tanto da gestão municipal quanto de órgãos com os sindicatos dos trabalhadores rurais, EMPAER, instituições que financiam a produção, entre outros, pois esse suporte gera uma aceleração no potencial produtivo do setor agropecuário, e esse fato impacta positivamente na economia não só do município, mas também nas cidades circunvizinhas e no resultado regional como um todo. Por isso é um trabalho de extrema importância e que deve ser continuado a partir do incentivo e conscientização do produtor rural.

Referências

CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB Agro Brasil**. Disponível em <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em 09 de maio de 2022.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luiz Olinto. **Contabilidade Social: referência atualizada das Contas Nacionais do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2017.

HALLAK NETO, João; RAMOS, Roberto Luiz Olinto. **A economia não observada no Brasil: um estudo baseado na metodologia do Sistema de Contas Nacionais**. Revista de Economia Contemporânea (2014), vol.18. Rio de Janeiro.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/Paraíba/Mamanguape**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/mamanguape/historico>>. Acesso em 19 de março de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/Paraíba/Mamanguape**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/mamanguape/panorama>>. Acesso em 07 de julho de 2022.

LOPES, I. V.; ROCHA, D. P.; LOPES, M. R.; BOMFIM, R. C. **Perfis das classes de renda rural no Brasil. Revista de política agrícola**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 21-27, abr./jun. 2012.
Ramanathan, K. V. (1976, July). **Toward a theory of corporate social accounting**. The Accounting Review, Sarasota, 51 (3), 516-528.

RESENDE, Rutney. Contabilidade Social. **Administradores.com**, 2009. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/contabilidade-social>. Acesso em: 23 nov. 2020.

TANZI, Vito. **A economia oculta - causas e consequências desse fenômeno mundial**. Finanças e Desenvolvimento/Dezembro (1983).

Anexo I

1. Qual o tipo de produção?
() Agricultura () Pecuária
2. Quantos moradores no domicílio?
() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 ou mais
3. Quantos moradores trabalham na produção agropecuária?
() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 ou mais
4. Possui quantos funcionários (não moradores) na produção agropecuária?
() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 ou mais
5. Quantos funcionários tem carteira assinada?
() Sem funcionários () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 ou mais
6. Quantos moradores possuem renda não vinculada à produção agropecuária?
() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 ou mais
7. Qual a origem dessa renda (assinalar quantidade)?
() Emprego () Auxílio () Aposentadoria
8. Considerando a renda total do domicílio, qual a faixa percentual vinda da produção agropecuária?
() 0% () 0,01% à 20% () 20,01% à 40% () 40,01% à 60% () 60,01% à 80% () 80,01% à 100%
9. Qual a destinação da produção?
() Venda () Consumo próprio
10. Considerando a produção total do domicílio, qual a faixa percentual é destinada à venda?
() 0% () 0,01% à 20% () 20,01% à 40% () 40,01% à 60% () 60,01% à 80% () 80,01% à 100%
11. Qual a destinação da produção para venda?
() Venda em estabelecimento próprio () Venda em feira livre () Revenda
12. É feito um controle do quantitativo da produção?
() Sim () Não
13. Se sim, como é feito?

14. É feito um controle estimativo da produção?
() Sim () Não
15. Se sim, como é feito?

16. Qual o valor (estimado ou real) produzido no último ano?

17. A produção agropecuária é declarada?
() Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não
18. Considerando a produção total do domicílio, qual a faixa percentual é declarada?
() 0% () 0,01% à 20% () 20,01% à 40% () 40,01% à 60% () 60,01% à 80% () 80,01% à 100%
19. Caso haja produção não declarada, qual o principal motivo?

